

***A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO PRIMÁRIO RURAL NO
PIAÚÍ: PROGRAMAS E FINANCIAMENTO (1970-1983)***

***THE EDUCATIONAL POLICY FOR PRIMARY RURAL EDUCATION IN PIAUÍ:
PROGRAMS AND FINANCING (1970-1989)***

***LA POLÍTICA EDUCATIVA PARA LA EDUCACIÓN RURAL PRIMARIA EN
PIAÚÍ: PROGRAMAS Y FINANCIACIÓN (1970-1983)***

Marli Clementino GONÇALVES ¹
Enayde Fernandes Silva DIAS ²

RESUMO: O artigo em tela visa a discutir as propostas de ações educacionais presentes em programas de estímulo ao desenvolvimento do meio rural piauiense implantados entre as décadas de 1970 e 1980 no Piauí. A pertinência em estudar este objeto no âmbito da política educacional se volta para análise dos efeitos que os programas educacionais das décadas de 1970 e 1980, financiados pelo governo federal em parceria com organismos internacionais e voltados para o meio rural, tiveram no ensino primário piauiense. O arcabouço teórico utilizado está ancorado nos estudos de Bareiro (2007), Brito (1985), Calazans (1981), Epitácio (2016), Gomes (1996). A classificação desta pesquisa é documental, de abordagem qualitativa com utilização do método histórico. O corpus documental considerado nesta análise compreendeu mensagens governamentais, leis e notícias de jornais. Embora a existência desses programas justificasse a perspectiva de considerar a realidade rural para o desenvolvimento educacional, estes imprimiram sobre a educação rural a ótica urbana predominante.

Palavras-chave: Educação Rural. Programas Educacionais. Municipalização do Ensino. Piauí.

ABSTRACT: *The article in question aims to discuss the proposals for educational actions present in programs to stimulate the development of the rural environment in Piauí implemented between the 1970s and 1980s in Piauí. The relevance of studying this object within the scope of educational policy is aimed at analyzing the effects that the educational programs of the 1970s and 1980s, financed by the federal government in partnership with international organizations and aimed at the rural environment, had on primary education in Piauí. The theoretical framework used is based on the studies of Bareiro (2007), Brito (1985), Calazans (1981), Epitácio (2016), Gomes (1996). The classification of this documentary research is qualitative approach using the historical method. The documentary corpus considered in this analysis comprised government messages, laws and news from newspapers. Although the existence of these programs justified the perspective of considering the rural reality for educational development, they impressed the predominant urban perspective on rural education.*

Keywords: *Rural Education. Educational Programs. Municipalization of Education. Piauí State.*

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9802-9535>. E-mail: marliclementino@yahoo.com.br

² Mestra em Educação. Faculdade de Ensino Superior do Piauí, Teresina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6007-6563>. E-mail: enayde_94@hotmail.com

RESUMEN: *El artículo en cuestión tiene como objetivo discutir las propuestas de acciones educativas presentes en los programas para estimular el desarrollo de las zonas rurales de Piauí, implementadas entre los años 1970 y 1980 en Piauí. La relevancia de estudiar este objeto dentro del alcance de la política educativa tiene como objetivo analizar los efectos que los programas educativos de los años setenta y ochenta, financiados por el gobierno federal en asociación con organizaciones internacionales y dirigidos al medio rural, tuvieron en la educación primaria en Piauí. El marco teórico utilizado está anclado en los estudios de Bareiro (2007), Brito (1985), Calazans (1981), Epitácio (2016), Gomes (1996). La clasificación de esta investigación es documental, con enfoque cualitativo utilizando el método histórico. El corpus documental considerado en este análisis comprendía mensajes gubernamentales, leyes y noticias de periódicos. Aunque la existencia de estos programas justificaba la perspectiva de considerar la realidad rural para el desarrollo educativo, impresionaron la perspectiva urbana predominante sobre la educación rural.*

Palabras clave: *Educación rural. Programas educativos Municipalización de la educación. Piauí.*

Introdução

É possível identificar na recente história da educação no Brasil, no que tange ao ensino primário, um período em que marcadamente o rural integra a prioridade nos discursos políticos e também em estudos acadêmicos, que tem nas décadas de 1970 a 1980 seu apogeu na materialização de políticas públicas para o meio rural encontra-se nas décadas de 1970 e 1980. No que concerne à educação, programas educacionais foram implantados na busca de incentivar desenvolvimento do meio rural brasileiro. Desta forma, elencaram-se como questões norteadoras: Quais as motivações para essa mobilização nacionalmente manifesta sobre o rural no período de 1970 a 1980? Quais os discursos oficiais? Como foi sendo materializado ou não essa intenção impressa nos documentos? Como esses discursos e ações repercutiram na educação rural no Piauí?

Em âmbito nacional, o período que se estendia de 1967 até 1970 teve sua política marcada pelo combate à inflação, proteção da empresa privada (em particular a nacional), fortalecimento das indústrias de base e estímulo à criação de empregos. Em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) destacou o planejamento como elemento essencial para o desenvolvimento e teve 3 (três) metas: elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida; duplicar a renda *per capita* até 1980 e expandir a economia com um PIB entre 5 e 10% em 1974 (VIEIRA, 1995; 2015).

Na década de 1970, o Piauí possuía 114 municípios, 117 distritos e 3 vilas. De uma população em 1970 de 1.680,954, o número saltou para 2.139,021 habitantes em

1980, correspondendo a 1,80% da população geral do país e a 6,14% da população da região nordeste. Dessa população, 897.994 habitantes residiam nos centros urbanos e 1.241.027 na zona rural (IBGE, 1971; 1981). Esse aumento populacional e o movimento progressivo de crescimento da taxa de urbanização no país levaram ao desenvolvimento de uma série de políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico das áreas ainda consideradas rurais e isto perpassava pela educação.

Buscando entender esta relação, elegemos como corpus documental desta pesquisa, os relatórios da secretaria de educação, decretos, mensagens governamentais e notícias de jornais que possibilitaram a compreensão do que se pretendia para a escola primária rural. Tais fontes possibilitam este recorte documental escolhido a partir de pesquisas já desenvolvidas e finalizadas em nível de mestrado e doutorado.

A partir da perspectiva da Nova História Política, compactuamos com Barros (2004) ao tratar não apenas do Poder, mas considerar também os micropoderes existentes a partir de uma “história vista de baixo”. Isto nos leva a afirmar que o Poder também se encontra no que é prescrito, permeando discursos, imagens e até mesmo sistemas educativos, entre eles, destacamos o rural.

Ávila (2013) aponta que a escolha do modelo de educação primária no meio rural pairava entre uma escola específica que atendesse às necessidades do rural ou uma instituição tal como existia na cidade. Para a construção dessas escolas, treinamento de professores, compra de material didático, entre outros insumos necessários, foram elaboradas uma série de políticas que foram intensificadas durante as décadas de 1970 a 1980. Desta forma, elencamos como objetivo deste estudo discutir as ações educacionais presentes em programas de estímulo ao desenvolvimento do meio rural piauiense implantadas entre as décadas de 1970 e 1980 no Piauí.

A política educacional brasileira e os programas governamentais para o meio rural nas décadas de 1970 e 1980

Werthein e Bordenave (1981) ofereceram um panorama da leitura feita sobre o rural e sobre a educação no meio rural destacando os aspectos teóricos e as políticas educacionais de ensino no meio rural no período, não apenas para o Brasil, mas para a América Latina, porque “[...] os diagnósticos sobre a educação rural demonstram a necessidade urgente de uma atuação decisiva capaz de modificar as estruturas educacionais das zonas rurais dos países subdesenvolvidos” (WERTHEIN;

BORDENAVE, 1981, p.13). Prevalencia a ideia de que a educação e a escola rural pouco importavam para os que viviam no campo, incentivando estes a migrar para a cidade caso almejassem lograr êxito em alguma profissão.

Entre os anos de 1973 e 1974, a crise do petróleo levou a economia brasileira a um novo momento. O governo não conseguia cumprir os pagamentos dos empréstimos estrangeiros e nem manter o ritmo de crescimento do país. A crise brasileira de 1974, segundo Mendonça e Fontes (1996) foi resultado de uma conjuntura recessiva, juntamente com a exaustão da classe trabalhadora e o acúmulo das contradições do modelo econômico praticado. A solução encontrada para a crise de 1974, segundo Germano (2000), era o estímulo ao capital privado, a efetuação de uma gestão da força de trabalho, a criação de uma política tributária agressiva e a execução de um conjunto de políticas sociais de modo a atender às carências resultantes do processo. Mas, para isso era necessário investir no setor agrário exportador:

O investimento no setor agroexportador foi a forma encontrada para a entrada de capitais estrangeiros que serviriam para o investimento na indústria. No entanto, buscava-se fazer isso mas sem estimular como ‘núcleo central da economia’, os recursos do setor eram desviados para o setor urbano- industrial. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p.8).

O objetivo do governo brasileiro em investir no setor agroexportador era tão somente manter o desenvolvimento urbano-industrial. Os programas especiais para o meio rural piauiense se inscrevem nas ações de integração nacional planejadas pelo governo federal. Entre eles, destacamos o Programa de Desenvolvimento das áreas integradas do Nordeste – POLONORDESTE (Decreto nº 74.794/1974), que foi implantado no Piauí em março de 1976 visava a “promover o desenvolvimento harmônico de áreas selecionadas através da ampliação e melhoria de infraestrutura econômica e social” (BRASIL, 1974) corroborando para a fixação do homem no meio rural. No que tange à educação, destinava recursos para a construção de escolas rurais e formação de professores para o trabalho com crianças de 4ª a 5ª série do 1º grau.

O Programa atuou em 42 municípios piauienses, atendendo a 46 escolas no total. Foi produzida uma proposta curricular específica visando à unificação da escolarização com formação em técnicas agropecuárias para o trabalho na roça, e noções de saúde e saneamento. Desse modo, os professores que trabalhavam nestas escolas eram orientados especificamente em capacitações pela equipe que gerenciava o programa. A perspectiva de formação para o jovem rural, neste período, era de instrumentalizá-lo

para o trabalho no campo e de torná-lo um “agente repetidor das noções recebidas na escola”, pois o

[...] mais ambicioso plano governamental para as áreas pobres do Nordeste e no âmbito do II PND pretendeu propiciar condições para a integração da ação governamental nas áreas de crédito, assistência e extensão rural, pesquisa e experimentação agropecuária, produção de sementes, regularização fundiária, armazenagem, cooperativismo, estradas vicinais, eletrificação rural, educação, saúde e abastecimento de água. (BRASIL, 1979, p.123).

O POLONORDESTE articulou vários programas governamentais no período, tais como:

O Plano de Integração Nacional – PIN, Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste (PROTERRA), e o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPR), com o implemento do Ministério do Interior, da SUDENE, do Banco do Nordeste. O esforço de transformação progressiva da agropecuária tradicional do Nordeste em moderna economia de mercado está a depender, nos próximos anos, da execução de um elemento ordenado de programas e projetos, previstos no projeto do II PND dentre os quais se destaca, pelas características inovadoras e pelo grande alcance sócio-econômico, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste. (BRASIL, 1974).

Assim, é possível afirmar que o POLONORDESTE correspondia ao espírito do período em que “o setor público, procurando dar forma acabada à grande matriz de soluções para o desenvolvimento rural do Nordeste quer do ponto de vista técnico-econômico, quer sob o ponto do aspecto político institucional” (SEPLAN, s/d, p. 2).

O POLONORDESTE é um programa voltado mais diretamente para o setor primário, tendo como escopo básico a transformação progressiva da agricultura tradicional do Nordeste em moderna economia de mercado. Com a institucionalização desse programa no Piauí, o governo do Estado se propôs dar um passo definitivo no sentido de promover o desenvolvimento harmônico de importantes regiões do Estado. [...] Para a intervenção em cada uma dessas áreas foi realizado estudo definindo as carências básicas, potencialidades, restrições e rentabilidade econômica dos projetos, para, a partir daí, elaborar os respectivos Planos Operativos, que contêm, além de outras informações, o valor das inversões programadas bem como sua destinação e alocação por órgão responsável. (PIAUI, 1977).

A preocupação governamental em resolver o problema com a pobreza como uma das soluções para o ingresso do Piauí no projeto de modernização do país era propalada

nos veículos de comunicação e nos documentos oficiais que orientavam a política educacional. Neste sentido, os discursos governamentais apontavam para a alteração da condição do meio rural e do homem que ali vivia.

Havia, portanto, uma estreita relação entre o projeto educacional para o meio rural em consonância com o ingresso do estado no projeto de desenvolvimento nacional. Isto exigia repensar o meio rural e seu desenvolvimento a fim de sanar os problemas não só educacionais, mas econômicos e sociais que a população enfrentava. As políticas educacionais estabelecidas neste período buscaram aliviar o contraste entre rural e urbano. Entretanto, a incapacidade do Estado em resolver o problema, levou à criação de parcerias entre o governo estadual com a União e os municípios no fomento à autonomia destes em relação às questões educacionais. Assim, o projeto para a educação não era pensado a partir de uma análise social, mas sim de um viés econômico através de convênios firmados com instituições financeiras internacionais.

Todos os programas e projetos tinham como foco principal a alteração das condições da agricultura estadual e para tal intento um dos focos foi a associação da educação com a produção. O investimento em educação passou a ser necessário para desenvolver as relações de produção no meio rural brasileiro. Tal aspecto revela a instrumentalização da escola para os interesses econômicos cujo objetivo era dotar os jovens de condições básicas para o trabalho no campo.

A ideia de que o Estado tinha vocação para a agricultura, ou seja, para o setor primário, os processos de estiagem que produziam a seca e suas diferentes expressões no Piauí coadunavam com o quadro que colocava o Piauí na condição de subalterno, subdesenvolvido frente aos outros estados do Nordeste e no país de um modo geral. Altos índices de repetência e evasão, baixa qualificação docente, instalações escolares precárias, quando existentes, eram alguns dos problemas que caracterizavam o ensino no meio rural nos anos de 1970 e 1980 no Piauí. Germano (2000) considera que as políticas educacionais desenvolvidas no país neste período como reparação das desigualdades sociais existentes. Ante essas limitações, a educação sinalizava uma alternativa para a saída desse quadro.

A Lei 5.692/71 estipulava a criação de um plano estadual de implantação do sistema de ensino. No Piauí, esse Plano seria implantado durante os anos 1972 a 1975 e visava à implantação progressiva da reforma nos municípios piauienses. Parte dessa implantação se deu por meio de acordo MEC/BIRD/ESTADO no valor de Cr\$

113.706.989.60 do qual o estado entraria com 20% desse dinheiro e os outros 80% seriam divididos igualmente entre os outros dois órgãos do Convênio.

Somente no ano de 1974 o sistema de ensino do Piauí foi disciplinado. A finalidade do sistema passaria a ser o de criar um sentimento de unidade pautado no civismo, liberdade e solidariedade, além da formação integral para o trabalho. Shiroma (2011) afirmou que a crise vivenciada na década de 1970 levou a educação inclusive a uma procura por mudanças sociais. O discurso à época passou para o de integração nacional, projetos de desenvolvimento das áreas mais pobres do país, tais como os estados do Nordeste, ocuparam a pauta governamental. Contudo, os recursos para esses projetos se perdiam em meio à burocracia, poucos chegavam, de fato, a essas localidades.

O financiamento do ensino primário no meio rural piauiense e a municipalização do ensino

Considerando as ações em âmbito nacional desenvolvidas para o meio rural nas décadas de 1970 e principalmente em 1980, a Secretaria de Educação e Cultura do Piauí (SEDUC) organizou sua estrutura interna para garantir uma ação conjunta para o meio rural. Considerando o número de programas em andamento para melhoria da educação no meio rural e os diversos órgãos públicos envolvidos nessas ações é possível explicar porque, a partir de 1983, a educação para o meio rural ganhou tais proporções, tanto em programas em desenvolvimento na segunda metade da década de 1970 quanto em volume de recursos para operacionalização das políticas, justificando a necessidade de um departamento específico.

Visando à solução do problema educacional no país, José de Vasconcelos, presidente do Conselho Federal de Educação (CFE) apresentou em encontro com os secretários de educação no ano de 1976 quatro pontos que sustentariam uma política emergencial educacional para o país. Seriam eles:

[...] O primeiro seria universalizar o quanto antes o ensino de primeiro grau, de modo a permitir o acesso à escola de todos os brasileiros na faixa de idade de sete a 14 anos, e, em seguida, tornar autêntico esse ensino fundamental. O terceiro passo, no seu entender, seria oferecer o ensino de 2º grau a todos os egressos do primeiro que tenham mostrado suficiente possibilidade de êxito para profissionalização. Ao justificar o fato de que a quantidade deve ser avaliada de modo que

não se sacrifique a qualidade, José de Vasconcelos disse que em 1974 havia 19 milhões de crianças no 1º grau, indagado, em seguida sobre o que seria “do sistema brasileiro de ensino se essa população ingressasse toda no 3º grau, sua conclusão é de que na realidade só deve haver dois graus de ensino: o que se volta para o educando e o voltado para o que ele pretende fazer na vida. (CONSELHO..., 1976, p.7).

O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (PCSED), publicado em 1979, estabeleceu atenção para a educação rural. Estabeleceu a criação da Coordenação de Educação Rural (CODER) com o objetivo de centralizar as ações educacionais destinadas a este meio. A partir de então, esta coordenação ficou responsável por todos os programas educacionais destinados a este meio. Este órgão, posteriormente, foi substituído pelo Departamento de Educação Rural (DERU) criado pela referida Lei (nº 3.869, de maio de 1983) e que tinha como objetivo aglutinar todas as ações educacionais que existiam para o meio rural na SEDUC, garantindo uma ação conjunta.

O DERU estava organizado em setores que, em conjunto, operacionalizavam todas as ações para o meio rural. Considerando que se tratava de muitos projetos e programas, havia uma estrutura grande, se analisada em relação a outros departamentos. O DERU era composto por Direção, Assessoria Financeira, Assessoria Técnico-Pedagógica (ATP), Divisão de Supervisão Pedagógica (DSP) e Divisão de Apoio Administrativo (DAA). (PIAUI, 1987). O Departamento foi o único a possuir uma Assessoria Financeira, em função do volume de recursos advindos dos programas operacionalizados. As demais Divisões eram comuns a todos os departamentos.

Outro aspecto que indica a condição diferenciada de atuação do DERU na SEDUC referia-se ao espaço físico ocupado que totalizava 05 salas da Secretaria de Educação. Quanto às atribuições, é possível observar uma diferença no que se refere à direção do DERU, pois, enquanto os outros diretores tinham como indicação um trabalho voltado ao acompanhamento e à supervisão das atividades pedagógicas, ao diretor do DERU cabia um papel de articulador político no departamento. Era papel do diretor “atender ao público e lideranças políticas no que concerne a assuntos educacionais, administrativos e políticos na área da educação rural” (PIAUI, 1987, p. 9) indicando uma necessidade de relacionamento com as prefeituras, principais executoras das ações escolares rurais.

A integração entre os diversos municípios piauienses já era uma realidade para o Piauí no final da década de 70. Isto se deu pela quantidade de programas de

desenvolvimento dos quais o Estado participou. Outros projetos e programas também fizeram parte das ações de estímulo ao crescimento econômico do Piauí. O Projeto Vale do Parnaíba foi uma experiência pioneira em projetos de irrigação do governo estadual. O Projeto Sertanejo, em 1976, foi uma ação do governo federal a partir do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida no Piauí com um estímulo à reorganização das unidades produtivas, tornando-as capazes de enfrentar a seca (BRASIL, 1976).

O Departamento reuniu os programas em desenvolvimento no meio rural que foram financiados por organismos internacionais como o Banco Mundial junto a assessoria do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Ou seja, os índices apontavam que se tratava de um trabalho muito ligado aos dirigentes municipais, porque, como já dito, ao departamento cabia o atendimento ao público e às lideranças políticas relativamente a assuntos educacionais, administrativos e políticos, na área da educação rural.

O Quadro 1 apresenta os programas operacionalizados pela CODER/DERU para o meio rural piauiense entre 1971 e 1989.

Quadro 1 - Programas operacionalizados pela CODER/DERU para o meio rural piauiense (1971-1989).

Nome do Programa	Órgão financiador	Nº de municípios envolvidos	Ano de Implantação no Piauí	Término da ação do programa
Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (PROMUNICÍPIO)	SE/QF/SEPS/MEC/SE	114	1977	1981
Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste (POLONORDESTE) – Educação	BIRD/MINTER	60	1977	1981
Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC/RURAL)	SEPS/MEC/SE	45	1978	1981
Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL/NE)	MEC/BIRD	35	1981	1987

Fonte: Compilado pelas autoras. Documentos: Educação no Piauí 1979-1981; mensagens governamentais do período; relatórios diversos.

Em relatório publicado pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí, em 1972, apontou-se que, no ano de 1970, 87,06% dos estabelecimentos de ensino primário, na zona rural, estavam sob responsabilidade do município. No entanto, isso não significava que havia, neste ente, um setor responsável pela coordenação do ensino. Sobre esta situação, encontramos uma notícia de 1973, publicada no jornal O Dia que aponta como se deu este processo:

Prefeituras organizam setor educacional

As prefeituras do interior terão que organizar departamentos de Educação para coordenar as atividades da área principalmente as relativas ao censo escolar anual e estabelecer um sistema de pesquisas educacionais para efeito de recebimento de recursos. Para tratar do assunto, o professor Wall Ferraz, secretário de Educação, está convocando uma reunião, no próximo dia 15, com os prefeitos eleitos do interior e depois partirá para a elaboração de um manual contendo as instruções para as Prefeituras sobre a coordenação das suas atividades no setor educacional. MANUAL O manual a ser elaborado pela Secretaria faz parte de um princípio de integração do planejamento, substanciado na lei de Diretrizes e Bases para o ensino no 1º e 2º graus para efeito de auxílio financeiro aos programas de Educação nos municípios, através dos convênios com bases em projetos apresentados pelas administrações e aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. O roteiro para os planos municipais de Educação será constituído pela tiragem de aspectos que poderão ser adotados ou simplificados, conforme as possibilidades dos municípios. As prefeituras deverão fazer um diagnóstico do setor educacional devendo conter a caracterização geral do município e situação educacional. Na caracterização do município deverá conter a sua localização, população e 71 áreas, aspectos econômicos e sociais, de infraestrutura e financeiros. Na situação educacional, as Prefeituras deverão mencionar o déficit para a população em idade escolar (7 a 14 anos) e população matriculada no ensino primário. Deverão mencionar também os aspectos da matrícula, com distribuição por rede de ensino pelas zonas urbanas e rurais e por série. Deverão conter informações sobre os prédios e salas existentes segundo as redes de ensino, nas zonas urbanas e rurais. (PREFEITURAS..., 1973, p.1-5).

Segundo a notícia acima, a criação de departamentos de Educação no interior dos municípios possibilitaria um melhor diagnóstico da situação educacional dos mesmos, além de maior controle e fiscalização dos recursos que seriam destinados a programas e projetos de educação para o meio rural no âmbito dos municípios devido à proximidade com os órgãos públicos responsáveis pela Educação. Eles deveriam apresentar planos e elaborar um diagnóstico sobre a localidade e a situação escolar de sua população, posteriormente, esses relatórios serviriam de subsídio para políticas voltadas para a escola.

O Promunicípio foi implantado no Piauí em 1977, atendendo inicialmente a 16 municípios na região norte do estado. “Concorrer para a expansão e melhoria qualitativa do ensino municipal” (PIAUI, 1977, p. 05) era o objetivo geral do programa, que indicava como objetivos específicos: prestar assistência técnica e financeira aos municípios; montar uma equipe municipal de educação; oferecer às unidades escolares da zona rural o material e o equipamento necessário ao seu regular funcionamento; e atualizar pessoal técnico pedagógico e administrativo dos municípios selecionados para a implantação (PIAUI, 1977). O valor dos recursos, nesse ano, somou 3.120.000,00 cruzeiros destinados à construção, à ampliação e à recuperação de unidades escolares localizadas no meio rural. Sobre o programa, apontamos que:

De início, o Pro- Município atingiu a 16 municípios da zona norte do Estado, e hoje, já atinge a 40 localidades piauienses, e, além do apoio técnico através das coordenadorias, da supervisão e dos professores também, apoio financeiro aos municípios, mantendo a coordenação em cada sede municipal ampliando escolas, recuperando e construindo novos prédios no meio rural. Foi uma experiência considerada boa e a Secretaria de Educação, depois de 2 anos de implantação do projeto, já tem uma avaliação muito positiva e o propósito é fazer com que não apenas os 40 municípios onde o projeto já está implantado sejam beneficiados, mas levá-los a todos os 114 municípios do Estado, tendo em vista os resultados que estão sendo alcançados. (EDUCAÇÃO..., 1979).

O fortalecimento dos municípios em relação à educação mais uma vez foi retratado nesta notícia de jornal. As metas de treinamento de pessoal e principalmente de assistência técnica e financeira permitiriam a criação de uma unidade municipal que atendesse às necessidades da população.

O Polonordeste, no que se refere à educação, tinha como objetivo “promover a melhoria quantitativa e qualitativa do ensino na zona rural; direcionar o ensino de 1º e 2º graus nas áreas de atuação do Polonordeste no sentido de preparar em médio prazo mão-de-obra para o setor primário da economia; e integrar as escolas da área no contexto da programação do Polonordeste” (PIAUI, 1977). No entanto, uma das críticas feitas ao Programa era a ausência de participação das comunidades rurais (EPITÁCIO, 2016).

Em relatório publicado pelo Ministério da Educação em 1981, destacou-se que a maioria dos estados nordestinos tinha mais da metade de suas salas de aula localizadas na zona rural, com exceção apenas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Além disso, no

ano em que o relatório foi publicado, o Piauí tinha a maior taxa de escolarização do Nordeste com 74,9%, rompendo a disputa com o Maranhão que já durava 20 anos pelo último lugar quanto à escolarização de seus alunos (27,2%) (BRASIL, 1981).

O Pronasec/Rural, instituído pela Portaria nº 02, de 2 de janeiro de 1980, define em seu art. 2º os objetivos de:

- a) proporcionar, de modo integrado à política de desenvolvimento agropecuário, oportunidades de educação básica, combinadas com diversas modalidades de formação especial, notadamente às que se referem à educação para o trabalho, ao fortalecimento da organização social e econômica, ao desenvolvimento cultural da população e ao desenvolvimento comunitário;
- b) integrar a ação dos órgãos do Setor Educação e Cultura com os programas do campo social – em particular nas áreas de desenvolvimento de comunidades rurais, emprego, habitação, formação profissional, saúde e assistência social – que se destinem a atender às necessidades básicas dos grupos pobres rurais. (PIAÚÍ, 1980).

O Pronasec/Rural no Piauí financiou e fomentou a elaboração e implementação do Plano de Trabalho de 45 Órgãos Municipais de Educação; o treinamento de pessoal técnico-administrativo; a tiragem adicional de 50 cartilhas para o meio rural; a elaboração de material instrucional na área de Olericultura; a elaboração de cartilha para o meio rural; a elaboração de Materiais de Ensino e Aprendizagem (MEA), adequados à proposta curricular; o treinamento de 230 supervisores e 3.200 professores municipais para implantação de cartilhas adaptadas ao meio rural; o apoio à implementação dos planos de trabalho de 69 órgãos municipais de Educação; a qualificação de 320 professores leigos em nível de 8ª série do 1º grau; o treinamento de 40 técnicos da CODER sobre metodologia da Educação Comunitária; a implantação de 15 núcleos de Educação Comunitária; o treinamento do corpo pessoal docente das escolas para o desempenho das atividades de Educação Comunitária; a implantação de 10 escolas de produção; o treinamento de pessoal para assistência técnico-pedagógica às 10 escolas de produção implantadas; a elaboração de Materiais de Ensino-Aprendizagem para classes multisseriadas de 2ª a 4ª séries; e a impressão e a difusão de Materiais de Ensino-Aprendizagem para classes multisseriadas de 2ª a 4ª séries.

O Edurural tinha como objetivos a avaliação e a reformulação da Proposta Curricular Rural e a elaboração de Materiais de Ensino-Aprendizagem adequados à Proposta Curricular Rural. No Piauí, no período de execução, entre 1981 e 1982, o

programa qualificou 1.000 professores leigos em nível de 8ª série do 1º grau; treinou cerca de 100 supervisores escolares e 200 professores para implantação de currículos; treinou 20 professores-mestres; reforçou a infraestrutura de distribuição da Merenda Escolar e construiu 06 armazéns regionais para depósito da merenda escolar. Em 1987, o programa destinou recursos que somaram 62.651.988,82 cruzados para as ações a serem desenvolvidas no meio rural piauiense (PIAÚÍ, 1987).

Em “Avaliação da Educação Básica no Nordeste Brasileiro” publicado também em 1982, no relatório número quatro, encontramos que as escolas dos municípios não assistidos pelo EDURURAL não diferiam das outras assistidas por outros programas, ou até mesmo por nenhum. Esta avaliação colocou em cheque a eficácia da política desenvolvida. (BRASIL, 1982). Sobre os programas e projetos desenvolvidos no meio rural, Calazans *et al* (1981) analisam, à época, que

A ação educativa implícita nos programas e projetos desenvolvidos no meio rural parte de uma falsa noção do que costuma chamar-se de ‘atraso rural’. Para os formuladores desses programas, o ‘atraso rural’ se referiria àquelas regiões caracterizadas pela agricultura tipo pré-capitalistas. Desta falsa concepção decorrem como consequência natural falsas soluções em termos de proposta: educação rural. A educação rural é vista pelos formuladores como sendo um processo pedagógico que visa a transformar os conhecimentos do homem do campo a fim de habilitá-lo a enfrentar as exigências das novas tecnologias e inovações do setor agrícola. (CALAZANS, 1981, p.164).

Para a implantação do Edurural no Piauí, o documento da Secretaria de Educação expôs o quadro de não acesso das crianças do meio rural à educação escolar, sendo a opção do programa o atendimento “[...] prioritário pela faixa etária de 10 a 16 anos, pois dos alunos matriculados nas quatro primeiras séries do 1º grau, na zona rural do Piauí, 64,75% têm de 10 a 16 anos, 12,13% acima e 23,02% abaixo dessa faixa etária” (PIAÚÍ, 1984, p. 12). O documento justificava, ainda, a opção por essa faixa etária, porque “[...] condicionantes como a própria constituição física da criança desaconselhariam esse tipo de programa para a faixa etária inferior” (PIAÚÍ, 1984, p.12).

Como já anunciado, os programas desenvolvidos tinham como fonte principal os recursos adquiridos por meio de convênios negociados entre organismos internacionais e o Governo Federal, firmados, em sua grande maioria, com os estados, com a participação de recursos federais. Aos estados, cabia a implementação das ações

preconizadas nos programas junto aos municípios. A estratégia utilizada pelo Governo Federal era focalizada na “indução” das políticas educacionais a serem implantadas pelos municípios, para ir deixando a cargo da esfera municipal a responsabilidade pela educação escolar de primeiro grau. Entre 1979 e 1981, os municípios já eram responsáveis pela maioria das escolas localizadas no meio rural piauiense que atendiam até as quatro primeiras séries do primeiro grau.

Os valores orçados pelos programas para execução de ações de escolarização de alunos e de formação de professores atuantes no meio rural foram expostos em relatório da Secretaria de Educação, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Recursos orçamentários dos programas implantados pela CODER/DERU de 1979 a 1981.

Programas	Valor do convênio	Valor gasto em 1980	Valor gasto em 1981
Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (PROMUNICÍPIO)	Cr\$ 35.110.000,00	Cr\$ 17.618.000,00	Cr\$ 17.492.000,00
Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste (POLONORDESTE)	Cr\$ 88.987.600,00	Cr\$ 34.500.000,00	Cr\$ 54.487.600,00
Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL/NE)	Cr\$ 80.077.419,00	Cr\$ 11.046.000,00	Cr\$ 69.031.419,00
Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC /RURAL)	Cr\$ 148.917.000,00	Cr\$ 64.083.000,00	Cr\$ 84.834.000,00

Fonte: PIAUÍ. SEDUC. Educação no Piauí - 1979-1981, p. 238 - 239.

Com os recursos do Promunicípio, o relatório da Secretaria de Educação expôs que foram possíveis a elaboração e a implementação dos Planos de Trabalho do Serviço de Supervisão de 67 Órgãos Municipais de Educação (OME); o treinamento de pessoal administrativo para 28 OME; a elaboração e a implantação do Plano de Trabalho da Equipe Estadual de Assistência Técnica ao Ensino Municipal; e a atualização de professores envolvidos com as ações implementadas pelo Promunicípio. (PIAUÍ, 1982, p.168).

Os recursos destinados para o Polonordeste possibilitaram a assistência técnica e financeira às unidades escolares profissionalizantes de 1º grau, por meio do treinamento técnico-pedagógico; a manutenção de campos de treinamento; a manutenção de pessoal da Escola Técnica Agropecuária de Simplício Mendes; a especialização de 30 supervisores em métodos e em técnicas de educação rural; a profissionalização agrícola de 2º grau no município de Bom Jesus; a assistência técnica e financeira às Unidades Escolares de 1º grau, com Treinamento Técnico-Pedagógico; a manutenção das unidades escolares do antigo Delta do Parnaíba; a implantação de projetos especiais em 24 escolas de produção; e a criação e a organização de clubes de jovens nas comunidades (PIAUI, 1982, p. 170). O Quadro 2 aponta uma comparação entre os programas desenvolvidos.

Quadro 2 - Comparativo entre as ações do Polonordeste, PROMUNICÍPIO, PRONASEC e EDURURAL.

	Polonordeste	Promunicípio	Pronasec	Edurural
Assistência financeira a municípios		X		
Aquisição de veículos	X			
Avaliação dos OME's			X	
Cantina equipada e conjuntos para alimentação	X	X*	X	X
Complementação salarial	X		X	
Construção de armazéns escolares				X
Construção e ampliação de unidades escolares	X	X	X	X
Equipamentos e materiais permanentes	X		X	X
Fortalecimento dos OME's		X		X
Livros	X		X	X
Poços Tubulares			X	
Qualificação de professores leigos	X			
Salário		X		X
Treinamento de Professores	X		X	X
Treinamento de Supervisores	X			X

Fonte: Compilado pelas autoras com base no Relatório do DERU - 1982.

*Apenas cantina equipada sem conjuntos para alimentação.

O diagnóstico feito pelo Governo Federal expôs sete aspectos a serem alterados em termos educacionais para tirar o rural da situação de estagnação e de marginalização social. O primeiro aspecto referia-se à vinculação da educação às necessidades de seus

habitantes. Já o segundo, tratava da reformulação de conteúdos e de métodos de ensino, até então com matriz urbana, transplantados para a zona rural. O terceiro aspecto apontado remetia para a necessidade de reformulação do calendário escolar, adequando-o ao calendário agrícola local. Outro fator a ser enfrentado era o alto índice de repetência e de evasão, que superava em muito os números da escola urbana e que era acompanhado pelo alto índice de analfabetismo.

O sexto desafio residia no grande número de professores que não completaram sequer os estudos primários e que, atuando na condição de professor, recebiam salários muito baixos. O último igualmente importante e de necessária discussão referia-se à estruturação das escolas, que, em condições bem mais precárias que as urbanas estavam totalmente desvinculadas da comunidade em que se inseriam. Para Cunha (2009), o fim desses projetos se deu devido à política educacional esta voltada para o fortalecimento dos serviços educacionais no município, significando o fim dos projetos.

Considerações finais

A educação no meio rural brasileiro foi construída à margem da sociedade, de modo que garantia apenas o ensino das primeiras letras. Mesmo quando se colocou a importância da educação para as populações rurais isso aconteceu sob o signo de inserção na sociedade capitalista (LEITE, 1999, p. 13).

As ações do Governo Estadual em parceria com os municípios no desenvolvimento do Edurural no Piauí permitiram que houvesse ampliação da rede física, “[...] visando à redução do déficit de atendimento de 38,39% para 31,87% na zona rural dos 35 municípios beneficiados pelo programa”; estudos e avaliação com oferta de subsídios para a elaboração das programações socioeducativas para a zona rural do estado; capacitação de recursos humanos, com elevação de 82,8% do número de professores habilitados nos 35 municípios atendidos pelo Edurural; desenvolvimento de currículo e supervisão, com melhoria quantitativa das atividades didático-pedagógicas e aumento do índice de rentabilidade escolar; fortalecimento dos Órgãos Municipais de Educação (OME), melhoria da qualidade das ações desenvolvidas por eles e redução do índice de repetência na 1ª série de 47,33% para 42,33%; e fortalecimento da Ação Educativa no Meio Rural, redução do índice de repetência na 1ª série de 80 municípios do estado (PIAUI, 1970, 1980).

Os programas financiados pelo Governo Federal para o meio rural e particularmente as ações desenvolvidas no campo educacional estavam em consonância com a estratégia de desenvolvimento do país. A relação do governo central com estados e municípios ocorria através da ação indutora da criação de estruturas administrativas no campo educacional. A criação e o financiamento dos OME, que iniciou na década de 1970 e concluiu ao final da década de 1980, enredaram-se numa teia de interdependências, em que os municípios dependiam financeira e tecnicamente do Governo Estadual, que, por sua vez, dependia do Governo Federal, possibilitando a sustentação do poder central.

Referências

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina [1921-1952]**[recurso eletrônico]: uma abordagem comparada. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAREIRO, Edson. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná- 1930-2005**. – Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação para a Ciência e Ensino de Matemática. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2007.

BRASIL. **Avaliação da Educação Básica no Nordeste Brasileiro: comparações básicas**. Relatório técnico nº 4. Secretaria de ensino de 1 e 2 graus/ MEC. Universidade Federal do Ceará. Fundação cearense de pesquisa e cultura. 1982b. 108p.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)**. Brasília: Imprensa Oficial. 1973.

BRASIL. **I Plano Setorial de Educação e Cultura, 1975-1979**. Brasília, 1976.

BRASIL. **Decreto nº 78.299**, de 23 de março de 1976. Dispõe sobre a criação do programa especial de apoio ao desenvolvimento da região semi-árida do nordeste (Projeto Sertanejo). 1976.

BRASIL. **Decreto nº 85.287**, de 23 de outubro de 1980. Cria o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste - EDURURAL - NE e dá outras providências. 1980.

BRASIL. **Lei nº 74.794**, de 30 de outubro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). 1974.

BRASIL. **Lei nº 5.692** de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino

de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971.

BRASIL. MEC. **Ensino de 1º Grau** - Síntese Retrospectiva- 1974/78.v.1,p.1-58, 1981.

BRASIL. **Subsídios para o planejamento da educação no meio rural**. Brasília. MEC/DDD, 1979.

BRITO, Itamar Sousa. **Memória Histórica da Secretaria de Educação**. Teresina. 136 1.ed.1985.

CALAZANS, Maria Julieta C. *et al.* Políticas educacionais: Questões e contradições da Educação Rural no Brasil. *In:* WERTEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.). **Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e terra , 1981. p. 161-197.

CONSELHO pede medidas para o Ensino do Primeiro Grau. **O Dia**, Teresina, p.7. 01 dez.1976.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil**. 3. ed.São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, José Menezes. **Uma retrospectiva dos programas de desenvolvimento regional integrados** – PDRI's. Revista de Políticas Públicas.v.2, n.1,1996.

EDUCAÇÃO cria 16 Secretarias. **O Dia**. Teresina, 6/7 mai. 1973. Caderno 2, p.8.

EPITÁCIO, Sara de Souza (org.). **Políticas no Piauí: contextos históricos, eleições e partidos políticos**. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1960. Rio de Janeiro. 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1970. Rio de Janeiro. 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1980. Rio de Janeiro. 1981.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1999, p.13.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 4. ed. São Paulo: Ática. 1996.

PANORAMA Econômico. **O Globo**. 30/05/79.

BRASIL. **III Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto- PSECD**. Brasília, 1979.

PIAUÍ. Departamento de Educação Rural. **Proposta para Marco Referencial Teórico e as Diretrizes para a Educação nas Áreas Rurais do Estado do Piauí**, 1988.

PIAUÍ, SEDUC. **Documento informativo sobre os departamentos/setores e atribuições da Secretaria de Educação do Estado do Piauí**. Teresina, dezembro de 1987.

PIAUÍ. SEDUC. **Classes Multisseriadas** - processo metodológico. 1987.

PIAUÍ. SEDUC. **Educação no Piauí - 1979-1981**, Teresina – PI, janeiro de 1982.

PIAUÍ. SEDUC. **Estatística do Ensino Primário -1970**. Fev. 1972.

PIAUÍ. SEDUC. Equipe de Acompanhamento, controle e Avaliação. **Projetos POLONORDESTE**, Ministério do Interior. 1977, s/p.

PIAUÍ. **Lei nº 3.869**, de maio de 1983. Cria o Departamento de Educação Rural (DERU). 1983.

PIAUÍ (Silva). **Mensagem ao Poder Legislativo**. Teresina: Imprensa Oficial.1970.

PIAUÍ (Nunes). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Teresina: Imprensa Oficial. 1980.

PIAUÍ, SEDUC. **Núcleos de Educação Rural Integrada** – Uma ferramenta para o desenvolvimento. 1984.

PIAUÍ. SEDUC. **Portaria nº 02**, de 2 de janeiro de 1980.

PIAUÍ. SEDUC. **Projeto PROMUNICÍPIO**, MEC/DEF, 1977

PIAUÍ, SEDUC. **Relatório final**, 1987.

PREFEITURAS organizam setor educacional. **O Dia**, Teresina, p.1 e 5. 7 jan. 1973.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Narcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SEDUC, **Relatório do Polonordeste**. 1984.

SEPLAN, Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda. Diretrizes para O Planejamento. O Governo Federal. **POLONORDESTE**. mimeo. s /d. p . 2.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira** (1951-2010). São Paulo: Cortez, 2015.

WERTHEIN, Jorge de; BORDENAVE, Juan Díaz. **Educação rural no terceiro Mundo**: experiências e novas alternativas. R.J.: Paz e Terra, 1981.

Enviado em: 10/07/2020.

Aceito em: 03/12/2020.

Publicado em: 14/12/2020.